



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 321 - Março / 2006

IMPRESSO ESPECIAL

CONT. Nº 050200119-4/2002

ECT/DR/RJ

AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

ENTREGUISMO CONTINUA

Projeto de Tourinho visa entregar o Gasoduto Bolívia-Brasil para a Shell e a British Gas

O projeto de Lei 226 (Lei do Gás), de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que está em tramitação no Congresso Nacional, é mais articulação das empresas multinacionais para se locupletarem com os investimentos feitos pela Petrobrás, trazendo grande prejuízo à nação brasileira. O principal objetivo é entregar o gasoduto Bolívia-Brasil para as transnacionais Shell e British Gas, que têm reservas em território boliviano e distribuidora em São Paulo (Congás), apesar de a Petrobrás ter corrido os riscos do investimento de cerca de US\$ 3 bilhões.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, a British Gas tentou, na marra, junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP) utilizar o gasoduto para movimentar 2 milhões de metros cúbicos de gás. O caso está hoje na Secretaria de Defesa Econômica. Mesmo assim, a BG utiliza a capacidade de transportar 650 mil metros cúbicos de gás. A multinacional, junto com a francesa Total, já demonstrou interesse à ANP em participar de um projeto de expansão do gasoduto. O desejo é utilizar as reservas de gás na Bolívia para abastecer o lucrativo mercado consumidor paulista.

O gasoduto Bolívia-Brasil causou prejuízo de mais de US\$ 2 bilhões: pagou pela



cláusula "take or pay", volume de gás muito acima do importado; bancou o risco cambial, comprou energia elétrica por preços muito acima do mercado. Agora que ela pode recuperar parte do prejuízo, os "vampiros" querem chupar o sangue da nação.

Caso o projeto seja aprovado, ele permitirá o acesso de terceiros às instalações destes e dos demais gasodutos construídos pela Petrobrás, ferindo o direito de propriedade assegurado pelo artigo 5º da Constituição Federal.

No mês passado, a Petrobrás já havia alertado que o prazo de algum tipo de concessão deveria ser, no mínimo, de 15 anos, como ocorre no exterior. "No estágio atual do Brasil, a regulamentação deve priorizar, em sua pri-

meira fase, o suprimento do gás natural e o investimento em infra-estrutura", alertou a nota da Petrobrás.

A proposta do senador prevê que a empresa proprietária de ativos de transporte deverá se desfazer deles, ficando coligada a uma nova empresa detentora dos gasodutos.

Em visita à AEPET, o senador Marcelo Crivela disse que proporá uma audiência pública para discutir o tema. Para o vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Antonio Gerson de Carvalho, se aprovado, o projeto dá a ANP e ao ONGÁS – Operador Nacional do Sistema de Gás, este último a ser criado, atribuições que são das empresas que atuam nas áreas de transporte e distribuição de

gás natural, inclusive, interferindo na competência atribuída aos Estados pela própria Constituição. Na questão do livre acesso aos gasodutos, a nova legislação também retiraria das empresas o dimensionamento dessa infra-estrutura, o que resultaria na falta de investimentos necessários para a expansão do gás natural. "O pior é que a proposta sucumbe à tentação, e defende os interesses daqueles que se beneficiam com o aumento excepcional dos volumes de gás natural vendidos para segmentos que não deveriam ser prioritários. Podemos perder a oportunidade de propor mecanismos para correção das graves distorções criadas com as facilidades e os incentivos dados para utilizações menos nobres do gás natural", disse Gerson.

Encontro Nacional mantém firme compromisso com o plano petros



Pág. 03

Sociedade precisa debater TV digital



Pág. 04

A importância da ação dos 5%

"Assim, tem-se como repreensível e lastimável a atitude das Rés, que, num apagão de memória, esqueceram-se de que estes aposentados, hoje considerados empecilhos aos seus interesses econômicos, um dia foram peças marcantes para o seu reconhecimento como Instituição (...) Devem (os aposentados), sim, ser considerados como heróis de guerra que, concedendo grande parte de suas vidas ao trabalho, construíram a nossa Nação, cumpriram com as suas tarefas como cidadãos e devem ser honrosamente reconhecidos, jamais discriminados e muito menos, tratados como 'cartas fora do baralho'."

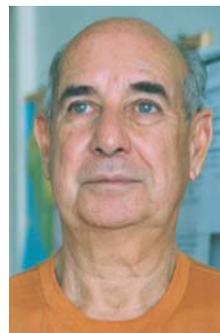
Acordão do desembargador Nelson Tomaz Braga Pág. 02



A AEPET parabeniza a direção da Petrobrás por mais um concurso público para preenchimento de 1.600 vagas. Entretanto, se faz necessário que a empresa convoque, imediatamente os concursados aprovados. Realizar um concurso existindo cadastro de reserva, condicionado a um prazo de validade, tem levado os aprovados a extrema preocupação. Porque a política parece sugerir um caráter elitista.

A substituição dos terceirizados (cerca de 145 mil) por concursados é a garantia da preservação da memória técnica da empresa, trazendo novas energias ao seu quadro de pessoal. A agilização de concursos públicos é uma necessidade, uma vez que os terceirizados não têm os mesmos benefícios que os da ativa, além de não desfrutarem dos cursos de especialização pagos pela estatal, como sempre fez parte da cultura da maior empresa brasileira. A terceirização cria um clima negativo na companhia, possibilita a corrupção ao manter empresas de fachada para intermediação de mão-de-obra, contrariando a Constituição e desenvolvendo o nepotismo na empresa.

Para acabar com estas distorções, é urgente que a Petrobrás promova concursos públicos para 10 mil vagas durante os próximos anos para as atividades-fim das empresas.



1 - ASSISTÊNCIA MÉDICA DA AEPET - AMA: Os recentes rumores de que a Petrobrás continua estudando a passagem da A.M.S. para a Petros e as vantagens que a AMA está oferecendo para os seus associados e parentes, recomendam a adesão destes ao nosso plano. Já temos profissionais médicos credenciados em quase todas as cidades do estado do Rio de Janeiro, incluindo Campos, Macaé, Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. A adesão é simples, bastando que o sócio preencha a ficha de inscrição que pode ser obtida na AEPET.

2 - NOVOS SÓCIOS - São os seguintes os sócios cuja admissão foi aprovada na AEPET: * Elcio José Blanco; * Guilherme Gomes de Vasconcellos; Luis Henrique Zapparoli; Marcos T. Ferraz; Ricardo Ribeiro Mendes; Ronaldo Guimarães Inocêncio; Rogério Diniz Machado; Aos nossos novos associados os votos de Boas Vindas da Diretoria da AEPET.

3 - AÇÃO DOS 5% (Sindipetro-RJ) - A Turma do TRT da 1ª Região decidiu por unanimidade, rejeitar os recursos da Petrobrás e da Petros na ação movida pelo Sindipetro do RJ para que os aposentados recebam o aumento de um nível dado aos empregados da ativa. A decisão é a de que o nível é devido também aos empregados aposentados do Sistema Petrobrás. Em seu Acórdão o presidente, desembargador Nelson Tomaz Braga, diz textualmente: "Assim, tem-se como repreensível e lastimável a atitude das Rés, que, num apagão de memória, esqueceram-se de que estes aposentados, hoje considerados empecilhos aos seus interesses econômicos, um dia foram peças marcantes para o seu reconhecimento como Instituição (...) Devem (os aposentados), sim, ser considerados como heróis de guerra que, concedendo grande parte de suas vidas ao trabalho, construíram a nossa Nação, cumpriram com as suas tarefas como cidadãos e devem ser honrosamente reconhecidos, jamais discriminados e muito menos, tratados como 'cartas fora do baralho'."

4 - AÇÃO DOS 5% (AEPET) - Aguarda-se, sem que nada possamos fazer no momento, o pronunciamento da Justiça Federal se é de sua competência julgar esse tipo de ação ou é de competência da Justiça Federal.

5 - FENASPE - A Federação das Associações de Aposentados Anistiados e Pensionistas da Petrobrás obteve liminar que obriga a Petrobrás a dar participação daquela Federação nas discussões sobre o novo Plano Petros-2 que a empresa lançou. Com isto, os aposentados e pensionistas terão meios de lutar pela manutenção do Plano Petros BD para todos os empregados do Sistema Petrobrás.

Expediente

AEPET

Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134

Presidente: Heitor Manoel Pereira
Vice: Ricardo Maranhão

Diretoria:

Comunicações: Fernando L. Siqueira
Patrimônio: Ruy da S. Gesteira / Vice: Henrique Sotoma
Pessoal: Pedro Carvalho
Cultural: Sydney Reis Santos / Vice: Ricardo Latgé

Conselho Fiscal:

Efetivos: José Alberto Davies, Hamilcar B. Neto e Ricardo Sá dos Santos
Suplentes: Frederico V. Marinho, Felipe Coutinho e Gilbert Prates

Núcleos:

Aepet-Bahia: Francisco de C. Nogueira / Aepet-BR: Adalberto César P. Costa / Aepet-Macaé: José B. M. Leite Netto / Aepet-NS: Solon Mauro S. Fagundes / Aepet-SE/AL: Rosivaldo R. Santos

Delegados:

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / Espírito Santo: Paulo W. Magalhães / São José dos Campos: Clemente F. da Cruz / Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho

Redação:

Jornalista Responsável: José Vilhena (MTb nº 15.562) /
Reportagem: José C. Moutinho
Fotografia: Alessandra Bandeira
Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com
Arte: Thereza Costa e Alessandra Bandeira
Diagramação: Alessandra Bandeira/Thereza Costa

Impressão: Gráfica da Tribuna da Imprensa

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Tiragem: 25 mil exemplares

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

UMA OUTRA VISÃO DO BRASIL



O cientista social Fernando de Sá e Benevides começa a partir do próximo dia 23 de março, quinta-feira, um curso em dez aulas sobre o tema: "Uma outra visão do Brasil". Segundo ele, o objetivo é levar a consciência crítica ao público para que possam ser tiradas as conclusões. "A AEPET vem desenvolvendo um programa de massa crítica baseada em duas visões: a situação brasileira atual e a razão das deformações conceituais em relação à economia, cultura, educação e políticas governamentais. Isto porque a classe política não tem qualquer vincu-

lação com o povo brasileiro, o que se materializa em políticas de governo sem políticas de Estado", disse Benevides. Segundo ele, o País necessita ter uma visão estratégica dentro da geopolítica moderna para ter soberania e só o conseguirá se souber estabelecer políticas de Estado. "O governo eleito tem vinculação com o partido que o elegeu e este com quem o sustentou financeiramente para chegar ao poder. A democracia representativa é uma falácia porque responde apenas aos interesses de determinados grupos políticos e suas formas de especulação que só impedem o desenvolvimento nacional", acrescentou. Afirma também que este descompasso entre elite e o restante da sociedade leva a uma completa desarticulação da nacionalidade. "A população fica entregue à pobreza, enquanto os grupos de interesses permanecem, historicamente, vinculadas ao poder internacional". Sem tomada de consciência política não será possível a democracia.

PROGRAMA

- 1ª aula (23/03)** – O processo de desintegração da sociedade brasileira;
- 2ª aula (30/03)** – Fragilização do Poder Nacional;
- 3ª aula (06/04)** – Política de Governo e Política de Estado;
- 4ª aula (27/04)** – Hábitos e costumes na administração pública brasileira;
- 5ª aula (04/05)** – Linguagem da modernidade;
- 6ª aula (11/05)** – Alienação e comunicação de massa;
- 7ª aula (18/05)** – Doutrinas filosóficas e suas funções;
- 8ª aula (25/05)** – O pensamento dialético e o pensamento cartesiano;
- 9ª aula (01/06)** – Elites sociais e elites orgânicas;
- 10ª aula (08/06)** – O novo colonialismo financeiro.

Início das aulas: Março/2006
Dia: Quinta-feira
Horário: 18h
Valor: R\$ 15,00 por aula
10 aulas: R\$ 150,00



ENCONTRO NACIONAL DOS PETROLEIROS REPUDIA MODELO NEOLIBERAL PARA O PLANO PETROS

José Carlos Moutinho

Lideranças de petroleiros, vindos de diversos estados, lotaram o auditório do Sindipetro-RJ, no dia 11/02, em pleno sábado, no “Encontro Nacional sobre Plano Petros (BD)”. O encontro foi marcado pelo repúdio a mudanças do Plano Petros enquanto plano de Benefício Definido (BD) para um plano Contribuição Definida (CD), nomeado pela atual direção da Petrobrás de Plano Petros 2. O encontro teve uma dinâmica semelhante a do debate sobre o Plano Petros (BD), realizado no Dia do Aposentado, no dia 24/01, também no Sindipetro-RJ. Os dois encontros apresentaram diversas características comuns, entre elas, os intensos debates sobre as pretendidas mudanças pela principal patrocinadora do plano, a Petrobrás, que está impondo condições aos petroleiros como contrapartida para sanar sua dívida de R\$ 6,2 bilhões com o plano. E a principal condição da Petrobrás é a mudança do modelo do Plano Petros (BD) para um plano de CD. Os diversos oradores condenaram essa pretensão da direção da estatal, de impor um plano CD, que vem desde a época do Governo FHC, que queria impor o PPV. Ambas as mudanças (PPV e Plano Petros 2), segundo as lideranças, seguem os ditames dos acionistas da Companhia em Wall Street, que detém cerca de 50% das ações.

A esmagadora maioria das lideranças reiteradamente manifestou repúdio a qualquer tipo de mudança no Plano Petros (BD) e desafiaram os defensores do Plano Petros 2 a apontarem a inviabilidade do Plano Petros (BD). Os petroleiros parabenizaram o parecer do advogado Castagna Maia, que desmontou o Petros 2 afirmando entre outros: “o financiamento do Plano Petros 2 é muito mais perverso do que o do PPV para o participante”.

O encontro também ressaltou o Plano Petros para Todos, com a inclusão dos cerca de 10 mil novos funcionários da Petrobrás, que estão sendo impedidos pela estatal de ingressar no plano, como estratégia de impor um “novo” plano. O presidente da AE-



Foto: Alessandra Bandeira

PET, Heitor Manoel Pereira, ressaltou que as pressões por mudanças no Plano Petros vêm da oligarquia financeira anglo-saxônica, que quer impor o plano CD goela abaixo da categoria. “É preciso reagir. Alguns brasileiro preferem passar para o outro lado. É questão de cada um. Mas a maioria dos brasileiro vai resistir e vencer mais essa guerra”.

Valter Vilela, representante da AMBEP, afirmou: “A Petrobrás do Governo FHC para cá é outra empresa, não é aquela em que trabalhei durante 40 anos, onde o direito de todos era respeitado, onde as coisas aconteciam voltadas para uma simples palavra de apenas seis letras, chamada Brasil. O Brasil, hoje, só detém 40% do capital da Petrobrás - 60% já foram vendidos a preço de banana”. Vilela alertou para o perigo da desunião na categoria.

Após as intervenções dos representantes das entidades patrocinadoras daquele encontro, foi aberto para os debatedores fazerem suas exposições em defesa ou contra mudanças no modelo atual da Petros.

Debates

Os favoráveis ao BD foram os conselheiros eleitos da Petros, Fernando Siqueira, Paulo Brandão e Guilherme Vasconcellos. O único debatedor que falou favorável ao plano CD foi o conselheiro eleito da Petros, Paulo César Martin, que foi muito criticado no evento por sua mudança de posição. Paulo César foi um dos membros do CDPP (Comitê de Defesa do Plano Petros), que foi criado para combater o PPV - Plano Petrobrás Vida, estratégia do

Governo FHC para impor o modelo CD no Sistema Petrobrás.

Paulo César fez sua exposição e participou dos debates, sob duro fogo cerrado dos defensores do plano BD. Ele aumentou a repulsa dos presentes quando, no intuito de defender a posição da Petrobrás, citou, num pequeno rol de exemplos, que a Petrobrás vem cumprindo os seus compromissos em obediência às leis norte-americanas, entre elas a Lei Sarbanes Oxley, devidos às ações na Bolsa de Nova Iorque.

Nesse momento, o plenário cobrou unísono que a companhia cumpra também os seus compromissos e atenda as leis brasileiras. Foi lembrado, por exemplo, que a estatal não está honrando os seus compromissos com o Plano Petros, ressaltados pelos conselheiros da Petros (defensores do Plano BD), bem como pelo não cumprimento do reingresso aos quadros da companhia, dos ex-funcionários da Interbras, entre outras questões.

Fernando Siqueira, em sua apresentação, mostrou mais uma manipulação da diretoria da Petros: fez estudos tentando mostrar que a entrada dos novos causaria impacto negatido de 200 milhões no Plano Petros. Quando leu o estudo, constatou que o banco de dados incluía 980 petroleiros que estão fora da Petros e próximos da aposentadoria, e que não contribuíram para o plano.

“Uma das propostas indecorosas da Petrobrás é acabar com o artigo 41. Isso mostra que a intenção não é plano só para os novos. A intenção é um plano para os novos, depois os antigos e os inativos irão ser pressionados com vantagens pecuniárias como

fizeram com o PPV”, ressaltou Siqueira. Ele disse que as reais intenções da companhia são a de querer impor à categoria um Plano Petros 2. Os motivos para tal mudança não tem base na realidade, pois o Plano Petros “é saudável”, conforme ressaltou também Paulo Brandão e Guilherme Vasconcellos.

“O superávit em 2005 foi em torno de R\$ 950 milhões, ou seja, aquele déficit de R\$ 5,2 bilhões já caiu para R\$ 4,2 bilhões, porque esse ano não houve manipulação das premissas. Esse déficit do plano Petro é falso”. Para ele, as pressões por mudanças no Plano Petros vem do sistema financeiro internacional, que quer privatizar a Petrobrás e não quer compromissos com a sociedade. É a mesma alegação periódica de que a Previdência Social, no Brasil, gera déficit. “Contrariando tal assertiva, a Previdência Social vem tendo um saldo positivo de R\$ 31 bilhões todo ano”.

Manifestação

No dia 17/02, o Sindipetro-RJ realizou um ato em frente ao Edise. A entidade alertou para o fato de o Petros 2, plano de contribuição definida (CD) que a Petrobrás pretende oferecer a seus trabalhadores, não é um plano de previdência complementar, mas uma poupança individual, sujeita às oscilações do mercado.

A entidade informou, ainda, que, hoje, cerca de 10 mil empregados da Petrobrás estão sem plano de previdência. Mas, com a intenção da empresa de alterar o regulamento da Petros, a mudança atingiria todos os trabalhadores.

Conselho

No mesmo dia do ato (17/02), o Conselho de Administração da Petrobrás se reuniu. A direção do Sindipetro-RJ aproveitou para lembrar que o empresário Jorge Gerdau Johannpeter foi eleito para o Conselho na assembléia dos acionistas, onde quem possui mais ações é a Fundação Petros. “Portanto, se queremos garantir o Plano BD, precisamos nos mobilizar”, conclamou a diretoria do Sindipetro-RJ.

EVENTO DA AEPET

A AEPET promove todas as primeiras quartas-feiras do mês um almoço no restaurante Gambinos, no Largo do Machado, para um encontro entre os associados da entidade. Apesar da semana de carnaval, 31 pessoas compareceram ao almoço do mês de março. O evento sempre oferece uma surpresa. No último encontro, o associado Frederico Augusto Carvalhaes Pinto ganhou o livro “Petrobrás, um clarão na história”, escrito pelo físico J. W. Bautista Vidal

ASSISTA: DEBATE BRASIL

O BRASIL QUE ESCONDE DE VOCÊ PODE SER VISTO NO



É transmitido em 55 TV's em todo o Brasil. Veja a programação em sua cidade: www.aepet.org.br

OUÇA DIARIAMENTE:



CURSO

O Poder Americano

A AEPET está disponibilizando a venda de fitas VHS e de DVD sobre o curso “O poder Americano” realizado este ano. Cada fita VHS contém duas das 10 aulas a um custo de R\$ 15. Os que preferirem em DVD, cada aula custa R\$ 10. As aulas serão coordenadas pelo professor José Luís Fiori.



LIVROS A VENDA

A Grande Partida Anos de Chumbo

R\$ 25,00
Por
Francisco
Soriano



As Dez Mentiras Capitais do Capitalismo e da Globalização



R\$ 10,00
Por
Brigadeiro
Ércio Braga

O Poder Secreto

R\$ 66,00
Por
Armindo
Abreu



Estudos Brasileiros



R\$ 10,00
Por
Fernando C.
de Sá e
Benevides

América que não está na mídia

R\$ 20,00
Por
Mário A.
Jakobskind



DIAMANTE DEPRECIADO

Deputados se unem para reverter venda irresponsável da Companhia Vale do Rio Doce

Deputados estaduais e federais entraram na luta pela revisão do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce. No último dia 2 de fevereiro, os deputados federais Dra Clair (PT-PR), João Alfredo (Psol-CE), Babá (Psol-PA) e Socorro Gomes (PC do B-PA) se reuniram para discutir a criação de uma Frente Parlamentar pela anulação do leilão que privatizou a Vale do Rio Doce. Segundo a deputada Dra. Clair, os deputados pretendem mobilizar outros parlamentares e a sociedade civil para garantir a manutenção da decisão da desembargadora federal Selene Maria de Almeida, da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal de Brasília. Em outubro de 2005, a juíza determinou a revisão do processo de desestatização da Vale e pediu uma perícia técnica da mineradora, para averiguar se o patrimônio da empresa foi subestimado no edital de privatização, para reduzir o preço de venda.

Entre os réus da ação, estão o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que financiou as privatizações, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e a União. O BNDES e a direção da Vale do Rio Doce entraram com recurso para reverter a situação. Para Dra. Clair, é essencial pressionar a Presidência da República e a Advocacia Geral da União para atuarem na resolução da questão. Para dar mais força a esse movimento, também estão

sendo criados comitês estaduais com representantes do parlamento de cada Estado e de movimentos sociais. Paraná e São Paulo já criaram os seus, o que deve acontecer no Rio de Janeiro e Pará. Atos públicos estão sendo programados em cada estado. "O objetivo é reavaliar o patrimônio da Companhia Vale do Rio Doce e ressarcir a União", disse Dra. Clair.

Segundo ela, o critério de avaliação da empresa na época restringiu-se ao valor das ações no mercado, sem observar o valor patrimonial do complexo empresarial e de todos os direitos de lavra de minérios. Dentre os argumentos da ação, os autores questionaram a inserção da CVRD no programa de desestatização, avaliando que a preservação das riquezas nacionais é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e para sua soberania. Um dos objetivos desse programa seria a redução da dívida pública. Apesar de termos vendido o patrimônio público durante o governo FHC, a dívida externa cresceu, no mesmo período, de US\$ 148,2 bilhões para US\$ 227,6 bilhões.

Outro ponto questionado refere-se ao preço vil alçando no leilão da Vale, que foi de 3,3 bilhões de reais. O diretor financeiro da empresa estimou recentemente o seu valor em 40 bilhões de dólares, ou cerca de 100 bilhões de reais e o lucro estimado para 2005 foi de 12,5



bilhões, ou seja, quase quatro vezes o valor pelo qual a empresa acabou sendo vendida. Estudos independentes, realizados na época, chegaram a avaliar a empresa em valores que superam R\$ 1 trilhão, conforme lembrou o especialista em energia Bautista Vidal.

Segundo Dra. Clair, no laudo não foram avaliadas as minas de titânio, minério que o Brasil detém 62% das reservas mundiais, das quais 72% pertencem à Vale do Rio Doce. Não foram avaliadas também as reservas de calcário, dolomito, estanho/cassiterita, granito, zinco, grafita e nióbio. "O processo que resultou na venda da Vale do Rio Doce foi marcado ainda por vantagens excessivas concedidas aos compradores, em detrimento do vendedor, o Estado brasileiro. A Lei 8.030/90 qualifica como moedas admitidas para pagamento das ações no leilão de privatização moedas nacionais, certificados de privatização, crédito e títulos externos, obriga-

ções do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), Títulos da Dívida Agrária, Debêntures da Siderbrás e outros créditos contra a União ou entidades por ela controlada direta ou indiretamente. É importante notar que eram moedas podres, com valor de mercado muito inferior ao valor de face", advertiu.

Para a deputada Socorro Gomes, a CPI das Privatizações pode ajudar a esclarecer o caso da Vale, bem como de outras empresas de telefonia e energia elétrica. "Não é vingança. Queremos corrigir o erro e reintegrar o que foi retirado do patrimônio público. Queremos a verdade sobre as privatizações", disse a deputada. Segundo a deputada Dra. Clair, a sociedade deve buscar uma justa e real avaliação deste monumental patrimônio público para que o Estado brasileiro tenha o ressarcimento dos prejuízos referentes ao período em que a empresa permaneceu nas mãos dos compradores.

Audiência Pública na Alerj discute Rádio e TV Digital

O secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Joilson Ferreira, disse que a implantação da TV digital no Brasil permitirá a criação de até 85 canais. Representando o ministro Hélio Costa, Joilson participou da audiência pública sobre rádio e TV digital na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). A sala ficou superlotada e muitas entidades compareceram à audiência convocada pelo deputado Carlos Minc (PT). Apesar de não querer falar sobre a TV digital, alegando ter sido proibido a falar sobre o assunto, Joilson garantiu que as evoluções tecno-

lógicas desenvolvidas pelas universidades brasileiras serão incorporadas à TV digital. "O governo continua a financiar estas instituições porque o trabalho foi excelente e chegou a surpreender", disse ele, que não se pronunciou sobre o padrão a ser adotado. Afirmou, no entanto, que um sistema genuinamente brasileiro custaria para a sociedade US\$ 14 bilhões. Joilson acredita que será aproveitado 20% do sistema lá de fora. O procurador de direitos humanos Leonardo Chaves participou da audiência e disse que o Ministério Público está atento à questão da digitalização no Brasil,

principalmente na questão das rádios comunitárias. Ele disse que o MP irá defender o que for melhor para a sociedade brasileira. A conclusão dos participantes é de que a sociedade brasileira precisa se conscientizar sobre a importância da rádio e TV digital que propicia a entrada de novas emissoras, democratizando a informação. Dependendo da política adotada pelo governo, a TV Comunitária e as rádios comunitárias podem começar a operar em sistema aberto. O mesmo pode acontecer com os canais legislativos que, auxiliado por recursos de interatividade, aproximará o par-

lamentar do eleitor, uma vez que a TV digital unirá televisão e informática, como se o telespectador estivesse na Internet.

O professor Marcos Dantas disse que a sociedade brasileira precisa discutir este assunto estratégico para o País porque significa democratização dos meios de comunicação. Ele lembrou que após a Segunda Guerra Mundial o governo optou pelo sistema VHF, que limitava a entrada de novos atores na comunicação em vez do UHF por pressão dos grandes grupos econômicos. Segundo Dantas, TV digital é estratégia para o País.

